

REVISTA

FAROL

FACULDADE ROLIM DE MOURA

ISSN Eletrônico: **2525-5908**

www.revistafarol.com.br

ISSN Impresso: **1807-9660**

Vol. 10, Nº 10. 2020 - Julho

Contato: revista@farol.edu.br

CRÉDITO RURAL SICOOB NO DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM ALTA FLORESTA D'OESTE/RO

Daiene Suélen da Silva Loredo

Diana Claudia Freire

Edgard Costa dos Santos Ribeiro

CRÉDITO RURAL SICOOB NO DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM ALTA FLORESTA D'OESTE/RO

Daiene Suélen da Silva Loredo¹

Diana Claudia Freire²

Edgard Costa dos Santos Ribeiro³

RESUMO: O presente trabalho aborda o crédito rural concedido pela cooperativa Sicoob Credip PA 02- de Alta Floresta D'Oeste aos produtores rurais; concentrado na questão da contribuição da cooperativa ao agronegócio da região. O objetivo geral do artigo compreendeu a análise da evolução do crédito rural na cooperativa, relativo ao período de 2012 a 2017, quantificando os contratos celebrados e ponderando sobre a contribuição da cooperativa para o desenvolvimento do agronegócio no município. Como aporte metodológico utilizou-se o estudo de caso - através de análise documental, exploratória e descritiva. Os dados apontaram, como linhas de crédito mais utilizadas pelos cooperados - o Pronaf e o Pronamp; salientaram também a contribuição proeminente da cooperativa na economia do município, visto que os valores de créditos aplicados estimulam investimentos na região, gerando empregos e fortalecendo a economia local.

Palavras-chave: Cooperativa. Agronegócio. Crédito rural.

SICOOB AGRICULTURAL CREDIT AND THE AGRIBUSINESS DEVELOPMENT IN ALTA FLORESTA DO OESTE/RO

ABSTRACT: The following paper approaches the rural credit granted by the cooperative Sicoob Credip PA 02- from Alta Floresta D'Oeste to agricultural producers focusing on the contribution of the cooperative to the local agribusiness. The main goal of this article is to analyze the evolution of the rural credit in the cooperative, within the years of 2010 and 2017, quantifying the contracts concluded and weigh the cooperative's contribution to the development of the municipal agribusiness. The methodology used included documental, exploratory and descriptive analysis. The data showed that the most used credit lines – Pronaf and Pronamp, also improved the cooperative's contribution towards the city, given that the application of the credit granted stimulated investments in the region, thus generating jobs and strengthening the local economy.

Keywords: Cooperative. Agribusiness. Rural Credit.

INTRODUÇÃO

O crédito rural configura um incentivo financeiro para os produtores, com a finalidade de investimentos e desenvolvimento de suas atividades rurais. Alves (2009), também destaca

¹ Graduada em Ciências Contábeis. daienesuelen@gmail.com

² Graduada em Ciências Contábeis e Matemática. Pós-Graduada em Contabilidade Tributária. Mestranda na Universidade Federal de Rondônia. dianafreire2004@hotmail.com

³ Graduado em Ciências Contábeis e Tecnologia em Processamento de Dados. Pós-Graduado em Controladoria e Finanças, Contabilidade Internacional e Contabilidade Tributária, edgard_bsb@hotmail.com

a importância dos créditos rurais, por ser um “instrumento de política agrícola essencial para o desenvolvimento do país, pois o crédito ampara não somente os pequenos e médios produtores, como também empresários rurais, possibilitando um bom investimento nas suas atividades de produção”.

O investimento financeiro é, sem dúvida, o mais importante nas atividades voltadas ao agronegócio. No entanto, o crédito rural significa um aporte financeiro por meio do qual os produtores rurais, associações e cooperativas obtêm financiamentos, visando expandir suas operações, fazer investimentos, custear a produção, a comercialização e a diversificação do negócio.

De acordo com a temática do trabalho, o método mais adequado a se realizar foi o estudo de caso, visto a necessidade de objetividade e a busca por aprofundamento do assunto, que somente o método em questão pode proporcionar. O estudo tratado realizou-se por meio de análise documental na cooperativa de crédito, intitulada Sicoob Credip PA⁴ 02, no município de Alta Floresta D'Oeste/RO, do período de 2012 a 2017. Estudo esse que compreende o propósito de identificar a participação financeira da cooperativa no agronegócio, através do crédito rural.

A relevância do presente artigo coincide em tratar de um assunto que é de interesse da sociedade, uma vez que aborda a evolução do crédito rural proporcionado, nos últimos anos, pela já citada cooperativa ao município de Alta Floresta D'Oeste/RO. O trabalho também apresenta potencial para despertar interesses em possíveis investidores da região que apostarem no agronegócio do município. Vale ressaltar ainda que, a captação dos recursos financeiros é aplicada no próprio município, uma vez que os créditos rurais subsidiam pequenos produtores rurais e empresários do agronegócio na expansão de seus empreendimentos.

Por fim, o objetivo do estudo consistiu em apresentar o conceito de agronegócio e seu desenvolvimento no município, e também verificar as modalidades do crédito rural requeridas pelos produtores agrícolas e pecuaristas na cooperativa, apontando, ainda, as linhas de crédito que apresentam destaque no período da atual pesquisa (2012 a 2017), com o intuito de analisar as contribuições e a influência da citada instituição financeira no desenvolvimento do agronegócio do município.

⁴ Ponto de atendimento de Alta Floresta do Oeste/RO

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Agronegócio

O agronegócio constitui um segmento do mercado que vem ganhando espaço e importância para a economia do país. O que motivou seu início foi o descobrimento de procedimentos do cultivo de plantas e domesticação de animais. Inicialmente, não havia nenhum tipo de cultivo, armazenagem e troca de mercadorias na civilização, uma vez que extraíam da natureza os alimentos como a caça e a pesca, em virtude disso, a população da época vivia em instabilidade, havendo períodos de fartura e outros de escassez (ARAUJO, 2010).

Por muito tempo a agricultura teve sua permanência extrativista devido à falta de recursos e poucos avanços tecnológicos, em razão disso, as técnicas utilizadas para o cultivo eram simples e empíricas. Alguns fatores socioeconômicos, a exemplo da distribuição de terra, carência de infraestrutura e dificuldade para a conservação dos alimentos que eram produzidos, proporcionaram às propriedades rurais a permanecerem isoladas, tornando-as autossuficientes (ARAUJO, 2010).

O renomado autor comenta ainda que, a evolução socioeconômica, sobretudo com os avanços tecnológicos, diferenciou a fisionomia das propriedades rurais nos últimos 70 anos. O conceito de agronegócio nasceu da expressão “agribusines⁵”, cujo termo fazia referência às atividades que envolviam produção e distribuição de suprimentos agrícolas, e também buscava as novidades da agricultura na época. Além disso, o agronegócio corresponde às junções de atividades produtivas que envolvem as operações desde o seu início.

Silva e Almeida (2009) definem o agronegócio:

Como um sistema integrado, tais sendo: uma cadeia de negócios, pesquisas, estudos, ciência, tecnologia etc., desde a origem vegetal/animal até aos produtos finais com valor agregado, no setor de alimentos, fibras, energia, têxtil, bebidas, couro e outros, englobando também atividades de prestação de serviços no meio rural.

A expressão “agribusines” foi traduzida para a língua portuguesa em meados da década de 1990. A propósito, Araújo (2010) cita que o termo:

⁵ Agronegócio.

Agrobusiness, ou agronegócio pode ser definido como: O conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários “in natura” ou industrializados.

Já Reis et al. (2011, p. 4) destaca que: “O agronegócio é considerado um dos setores mais importantes da economia brasileira, respondendo por 1/3 (um terço) do produto interno no desenvolvimento econômico, por ser um setor dinâmico e pela capacidade de impulsionar outras áreas. ”

Portanto, o agronegócio deve ser compreendido como um processo de transformação que se utiliza de estudos e auxílio de novas tecnologias e biotecnologias, para que possa atingir níveis superiores de produção, porém, para que essas transformações aconteçam, é necessário que as empresas se adéquem a esses novos investimentos.

Para o desenvolvimento dessas atividades, há alguns setores da economia que também fazem parte do agronegócio, entre eles, pode-se citar as cooperativas de crédito que oferecem linhas de crédito apropriadas aos produtores e empresários, já que necessitam de capital de giro para desenvolverem suas atividades de produção.

2.2 Crédito Rural

Crédito rural, de acordo com o Manual de Crédito Rural – MCR (2018), é definido como um incentivo para os produtores rurais na produção de suas atividades, pois, com o suprimento de recursos financeiros, adquiridos por meio de instituições financeiras, os produtores adquirem o crédito adequado para a sua atividade para, posteriormente, aplicar o investimento em sua propriedade. De acordo com o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, o crédito rural foi institucionalizado no Brasil pelo Decreto Lei nº 4.829, de 05 de novembro de 1965, e regulamentado em 10 de maio de 1966 pelo Decreto nº 58.380.

O crédito rural surgiu para suprir as necessidades dos produtores rurais na concessão de recursos financeiros para o desenvolvimento de suas atividades. Arbage (2000, p. 123) esclarece que “o crédito rural é um instrumento de financiamento que passou por diversas alterações, como os seus objetivos e sua estrutura funcional”.

O autor em tela comenta, ainda, que:

Inicialmente, até meados de 1937, o crédito rural utilizado no país foi direcionado basicamente para o financiamento de apenas um determinado produto, preferencialmente aquele que pautava as exportações no respectivo período. Em

1937 o Banco do Brasil criou a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial – (CREAI), com o objetivo de financiar o setor rural. Os recursos eram obtidos através da colocação de bônus de médio e longo prazo no mercado. Entretanto, a magnitude dos recursos obtidos era insuficiente para alavancar suficientemente a totalidade do setor produtivo na época (ARBAGE, 2000, p. 123).

Para Accarini (1987, p. 152), o crédito rural “propicia maior flexibilidade para que o produtor coloque em prática decisões que lhe possibilitem explorar seu empreendimento rural de forma mais eficiente”. Moreira (2008, p. 124), por sua vez, descreve que o “crédito rural é a disponibilização de recursos financeiros para aplicação exclusiva em atividades agropecuárias”, sendo esta uma forma de incentivo para os produtores rurais desenvolverem suas atividades.

Vale ressaltar que a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que institucionalizou o crédito rural no Brasil, em seu Art. 3º, descreve que o crédito rural apresenta os seguintes objetivos:

- I - Estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
- II - Favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários; -
- III - Possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;
- IV - Incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando o aumento da produtividade, a melhoria do padrão de vida das populações rurais e a adequada defesa do solo.

Assim, fica claro que o crédito rural tem a função de auxiliar o produtor a obter financiamentos para desenvolver atividades produtivas, todavia, a destinação do crédito é exclusiva para algumas finalidades, tais como: capital de giro, comercialização, custeio e investimento.

Viana et al. (2015, p. 03) elencam os recursos destinados ao crédito rural, sendo eles:

- a) **Investimento:** Propicia a “criação/expansão/manutenção” da capacidade produtiva do empreendedor rural;
- b) **Capital de giro:** Provisiona recursos que dão suporte a atividade durante o período da produção;
- c) **Custeio e Comercialização:** Em diversos casos é utilizado para sustentar estoques ou caracteriza-se como instrumento para direcionar preços e comercializar seus produtos.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2016) cita os créditos de investimentos como sendo aplicações em bens ou serviços duráveis, cujos

benefícios repercutem por um longo período. Os créditos de comercialização asseguram ao produtor rural e as cooperativas os recursos necessários, a fim de garantir o abastecimento e as instalações do armazenamento da colheita nos períodos de desequilíbrio de preços.

Dessa forma, o crédito rural visa estimular os investimentos rurais, incluindo o armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agrícolas no custeio da produção e comercialização. Não obstante, o referido aporte financeiro deve ser utilizado conforme a realidade e a necessidade das atividades exercidas pelos produtores e empresários do agronegócio, respeitando sempre as normas e diretrizes da instituição financeira fornecedora do crédito.

2.3 Cooperativas de Crédito

As cooperativas de crédito são formadas por um grupo de pessoas que se unem para conquistar objetivos coletivos. Do mesmo modo, o cooperativismo traz em si as suas raízes e seus princípios, valores e práticas, que buscam o desenvolvimento sustentável da sociedade de forma democrática, encabeçando as mais diversas iniciativas de cunho ambiental, financeiro e social-cultural. De acordo com o Art. 4º da Lei Nº 5.764/71 das sociedades cooperativas em seu capítulo II, cita: “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

No mundo, existem os mais diversos ramos de cooperados, entre eles, a cooperativa - objeto deste estudo. O cooperativismo tem a função de colaborar para o crescimento da sociedade, de tal modo, as cooperativas de créditos locais trazem vantagens aos cooperados que investem na sua região, onde estão instaladas, aponta (LOREDO et al., 2010, p. 33-36).

Meinen (2012) memora que as cooperativas de crédito surgem da vontade e da precisão de um conjunto de pessoas associados, que necessitam de serviços financeiros que trabalhem a seu favor, com qualidade, e que promovam o desenvolvimento econômico, social e ambiental de sua região.

Um das premissas da instituição financeira cooperativa é a democracia, resguardando-se para que não haja distinção entre praças e classes de renda e que se adéquem as necessidades e vontades financeiras de seu público. E o mais importante, que não visem somente o lucro, mas o desenvolvimento econômico e social dos associados e do município onde está presente. Em relação às cooperativas de crédito, Barreto (2014, p. 05) destaca que

“as cooperativas de crédito estão sendo cada vez mais uma opção atraente para os pequenos negócios terem acesso a empréstimos e a outros serviços financeiros, como cartão de crédito, consórcio, etc.”.

A exemplo de uma cooperativa agrícola, que procura melhorar a vida dos produtores rurais, oferecendo serviços que proporcionam melhores atendimentos, o dinheiro investido em uma cooperativa local tende a permanecer na própria comunidade. Em razão disso, promove-se a inclusão da educação financeira da população local e no desenvolvimento do país.

2.4 Cooperativa de Crédito Sicoob Credip

O Sicoob Credip foi fundado em 21 de dezembro do ano de 1996 no município de Pimenta Bueno, com a razão social de Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Sul Rondoniense, sendo a primeira cooperativa de crédito rural a ser instalada no estado de Rondônia.

Inicialmente, 53 pessoas se interessaram pela ideia cooperativista e cada cooperado adquiriu cem (100) cotas de capitais e formaram um capital social no valor de R\$ 5.300,00, e, com tal importe financeiro, fundou-se a cooperativa (SICOOB, 2017). No ano de 2006, a instituição financeira deixou de ser apenas uma cooperativa de crédito rural e passou a ser uma cooperativa de crédito de livre admissão. Com mais de 20 anos de experiência no mercado, o Sicoob Credip está presente nos estados de Rondônia, Amazonas e Mato Grosso.

No município de Alta Floresta D'Oeste, a cooperativa foi inaugurada em 17 de agosto de 2009, com seu ponto de atendimento titulada como PA 02. No ano de 2017, a cooperativa no município registrou cerca de 1.679 cooperados, possuindo também, nesse mesmo ano, um capital equivalente a R\$ 4.294.000,00 (RELATÓRIO ANUAL SICOOB, 2017).

A cooperativa tem por missão gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis por meio do cooperativismo aos associados e às suas comunidades. Sua visão é ser reconhecida como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados. Seus valores têm como fulcro oferecer transparência, comprometimento, respeito, ética, solidariedade e responsabilidade (SICOOB, 2017).

Os depósitos realizados nas cooperativas possuem proteção do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCOOP, o qual garante que os depósitos e os créditos sejam conservados nas cooperativas particulares de crédito e nos bancos cooperativos, em caso de operação ou liquidação extrajudicial dessas instituições. Atualmente, o valor limite da referida

proteção é o mesmo dos contratados pelos depositantes das outras modalidades de bancos existentes no Brasil (SICOOB, 2017).

Assim, o Sicoob Credip compõe um sistema financeiro cooperativo que oferece aos associados todos os serviços bancários, contudo, não se constitui um banco. Embora não seja um banco, a cooperativa de crédito presta serviços financeiros a quem necessita, oferecendo serviços como conta corrente, cheques, aplicações financeiras, cartão de crédito e financiamentos. E ainda, oferece variados serviços, dentre os quais se destaca o crédito rural Sicoob, uma modalidade de aporte financeiro destinado aos produtores rurais e empreendedores do agronegócio.

2.5 Crédito rural Sicoob

Os produtores rurais necessitam de créditos apropriados para investir em suas atividades. A cooperativa disponibiliza soluções que atendam à agricultura familiar e à empresarial, disponibilizando linhas de créditos de comercialização, custeio e investimento, visto que possui flexibilidade necessária para suprir a competitividade na cadeia produtiva de seus associados (SICOOB, 2017).

O Sicoob Credip disponibiliza linhas de crédito apropriadas para o perfil de seus cooperados que desejam ampliar, diversificar ou até mesmo modernizar a produção. O aporte financeiro é repassado por meio dos recursos próprios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, ou do fundo Constitucional do Centro Oeste, uma vez que a cooperativa apoia o agronegócio para o desenvolvimento da região.

De acordo com as informações da cooperativa Sicoob Credip (2017):

[...] com o crédito rural o produtor poderá financiar máquinas agrícolas, tratores, colheitadeiras, animais para cria e recria, implantação de sistemas de armazenagem e de irrigação, projetos de melhoria genética, adequação e correção de solo, recuperação de pastagens, ações de preservação ambiental, entre outras finalidades.

O Sicoob Credip (2017) esclarece que, com o aporte financeiro, o pequeno produtor e o empresário do agronegócio podem, por meio das linhas de crédito, financiar as despesas para a realização de atividades agrícolas e pecuárias.

Existem duas espécies de custeio com finalidades bem distintas. O custeio agrícola é específico para aquisição de insumos, realização de tratamentos culturais e colheita, beneficiamento ou industrialização do produto financiado e produção de mudas e sementes certificadas e

fiscalizadas. Por sua vez, o custeio pecuário fomenta as despesas do dia a dia, como a limpeza e a reforma de pastagens, compras de medicamentos, vacinas, silagem etc. Também promove outras atividades como aquícolas e pesqueiras, sejam elas industrial ou artesanal, do mesmo modo, podem ser beneficiadas.

Com o crédito rural, o produtor poderá investir em todas as fases da produção da safra, quer seja do plantio, colheita, armazenamento, maquinários, tecnologias, recursos humanos, melhoramento da produtividade, até a entrega dos produtos no mercado consumidor.

Tendo em vista essa relação de reciprocidade, o próximo tópico aborda a relação do crédito rural com a temática do assunto, como se deu seu início e o desenvolvimento do agronegócio no município, destacando também as principais atividades rurais.

2.6 Agronegócio em Alta Floresta D’Oeste-RO

O município de Alta Floresta D’Oeste foi emancipado em 20 de maio do ano de 1986, hoje possui uma área de aproximadamente 7.067,025 km². Conforme as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018), o município está localizado a cerca de 500 Km de Porto Velho - capital do estado de Rondônia, possuindo uma população estimada a, aproximadamente, 24 mil habitantes, onde 42% dessa população está localizada na zona rural.

Consoante às informações extraídas do site da prefeitura municipal de Alta Floresta D’Oeste, o surgimento da região aconteceu devido ao processo migratório de várias regiões do Brasil, impulsionado pelo ciclo da madeira e qualidade de suas terras, transformando-se em um importante polo agrícola.

Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, essa entidade foi responsável pelo desenvolvimento focado no fortalecimento das atividades agropecuárias. De acordo com a matéria extraída do portal Ji-Paraná de Rondônia, a qual relata sobre a extensão rural do município, Ressutti (2018), destaca que:

Os projetos trabalhados nessa época eram financiados pelo Banco Mundial, através do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - (Planaflo), que acabava de ser aprovado com o objetivo de implantar uma abordagem mais aperfeiçoada para o manejo, conservação e desenvolvimento dos recursos naturais do estado. O financiamento para a agricultura familiar vinha do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária de Rondônia - (Fundagro), que somados aos esforços dos extensionistas da Emater-RO levaram Alta Floresta do Oeste a estar entre os maiores municípios produtores de grão e ao título de “capital do feijão”.

O autor em tela ainda ressalta como eram os equipamentos utilizados para a execução das atividades rurais na época e como o auxílio do crédito facilitou a vida dos agropecuaristas, de forma que veio a aumentar a potencialidade econômica rural da região.

Ressutti (2018) detalha ainda sobre essa evolução:

Naquela época a evolução tecnológica ainda não era tão evidente e o crédito rural era utilizado para aquisição de carrinho de burro, animais de tração, junta de boi e implementos rústico, a exemplo do arado aiveca – equipamento em ferro na forma de “V” com tombador de terra, para tração animal ou mecânica, o mais antigo implemento fabricado para a realização do preparo do solo. Com a evolução do crédito rural, que trouxe o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o segmento agropecuário vem ganhando força no estado e Alta Floresta do Oeste se consolidando como município de grande potencialidade agrícola.

As atividades rurais que se destacam hoje no município são as áreas de produção vegetal, piscicultura e bovinocultura de leite. Outra fonte caracterizada como atividade rural consiste no surgimento da agricultura familiar e as agroindústrias, estas, contribuem para a geração de emprego e renda, fortalecendo a economia local.

Ao longo dos anos, o município vem passando por um constante crescimento, principalmente nas atividades pecuaristas, de corte e leiteira, além dos investimentos no café de boa qualidade que a região possui. Sendo o fato deste crescimento que despertou o presente estudo - sobre o crédito rural advinda de uma cooperativa de crédito no desenvolvimento do agronegócio município.

3 MÉTODOS

A pesquisa proposta por este trabalho foi realizada na cooperativa de crédito Sicoob Credip, localizada no município de Alta Floresta D’Oeste, no estado de Rondônia. Neste município, uma das bases econômicas são as atividades rurais, o que torna relevante a compreensão da participação da cooperativa de crédito no desenvolvimento do agronegócio local.

De acordo com a temática do trabalho, o aporte metodológico mais adequado à pesquisa compreendeu o estudo de caso, visto a necessidade de objetividade e a busca por aprofundamento do assunto, que somente a metodologia em questão pode alcançar. Tal estudo foi realizado por meio de análise documental do crédito rural e quantificação dos dados. De

acordo com o autor Beuren (2010, p. 84), “o estudo de caso caracteriza-se especialmente pelo estudo concentrado em um único caso”.

Os documentos analisados constituíram os relatórios e seus respectivos valores anuais dos contratos de crédito rural celebrados nos anos de 2012 a 2017. Inicialmente, foram coletadas informações para análises, compostas das espécies de crédito rurais requeridas pelos agropecuaristas. Os dados levantados foram analisados e classificados – tais dados representados por quantidades e valores anuais do crédito rural, descrevendo também as linhas provenientes do crédito rural, como: (I) Funcafé, (II) DIR – Depósito Interfinanceiro Vinculado ao Crédito Rural, (III) PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), (IV) Pronamp - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural, (V) linhas de crédito do Pronaf, e (VI) linhas de RPL – Recursos Próprios Livres.

Primeiramente, foi realizado embasamento teórico sobre as temáticas que envolvem o crédito rural no agronegócio e cooperativas de créditos, servindo como base para a pesquisa - livros, artigos, revistas e do próprio site da cooperativa. Gil (2017), delinea que a “principal vantagem da pesquisa bibliográfica consiste no fato de permitir que o pesquisador tenha cobertura de uma ampla gama de informações, permitindo dar suporte à pesquisa”.

Juntamente com a pesquisa bibliográfica, a pesquisa exploratória contempla o objetivo de proporcionar maior contato com a temática. As informações foram coletadas na própria cooperativa do município, explorando relatórios anuais sobre a quantidade e valores dos contratos de crédito rural obtidos no município. A pesquisa exploratória “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o assunto, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2017, p. 26). Dessa forma, foram descritas as principais informações sobre o desenvolvimento da cooperativa de crédito no período de 2012 a 2017. Prodanov e Freitas (2013, p. 52) comentam que o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados, sem neles interferir.

Considerando a abordagem da pesquisa, elegeu-se o método quali quantitativo para qualificar as informações coletadas, tais como as espécies de crédito rurais requeridas pelos agropecuaristas. De posse dos relatórios sobre o crédito rural, os dados foram tabulados em planilhas do *excel*, tendo os valores anuais da cooperativa registrados, quantificados e expressos em gráficos e tabelas. Marconi e Lakatos (2017) descrevem que a abordagem qualitativa advém de resultados obtidos através de índices e a quantitativa origina resultados a partir de números, para melhor visibilidade.

A aplicação das técnicas disponíveis para a coleta de informações é relevante para alcançar os objetivos da pesquisa. Os resultados foram organizados em forma de gráficos, planilhas e tabelas para a interpretação das informações, que serão utilizadas em apresentação posterior na finalização do trabalho de conclusão do curso.

Todas as formas de abordagem e métodos de pesquisa utilizados para coleta e interpretação dos dados, anteriormente descritos, foram utilizados para a elaboração do presente artigo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista a melhor visualização dos resultados da atual pesquisa, esses serão dispostos em tópicos, de modo a esclarecer as finalidades e os destinos dos créditos liberados pela cooperativa, atendendo aos objetivos propostos.

A propósito das alternativas de investimentos, a cooperativa disponibiliza o crédito rural, que institui o crédito voltado aos agropecuaristas, sendo esse uma espécie de incentivo aos produtores rurais, na produção de suas atividades. A destinação do crédito possui suas finalidades exclusivas para aplicação de atividades, as quais foram classificadas conforme dados do portal da cooperativa (SICOOB, 2018):

I - Funcafé (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira) - pode ser disponibilizado em três segmentos, sendo eles: colheita, custeio e estocagem. A 'colheita' é utilizada em todas as etapas relacionadas à colheita, como aplicação de herbicidas, secagem, transporte para o terreiro e contratação de mão de obra, entre outras. O custeio é utilizado para o cobrimento das despesas com a lavoura, pode-se também ser utilizado para tratamentos culturais, aquisição e aplicação de insumos, mão de obra e operações com máquinas. Já a estocagem e os recursos de armazenagem do café representam garantia da inserção de um produto de qualidade no mercado. Seus beneficiários são cafeicultores, pessoas físicas e jurídicas. (SICOOB, 2017).

II - Dir (Depósito Interfinanceiro Vinculado ao Crédito Rural) - beneficia o crescimento do setor rural, no qual estimula o custeio, além dos métodos racionais no sistema de produção, tendendo ao crescimento da produtividade e melhoria do padrão de vida das populações rurais e adequada defesa do solo. Seus beneficiários são produtores rurais associados às cooperativas de crédito rural, sendo pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem às atividades vinculadas ao setor rural.

III - Linhas de crédito do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) - a cooperativa também trabalha com as linhas de crédito Pronaf, criadas pelo Governo Federal, voltadas para o pequeno produtor rural. O Pronaf oferece linhas de crédito específicas para financiar a produção e o melhoramento da infraestrutura das atividades rurais, com baixas taxas de juros.

IV - Dir Pronaf – O Dir Pronaf tem os mesmos recursos do Dir, porém seus beneficiários são os produtores rurais associados às cooperativas Sicoob, pessoa física ou jurídica, que se enquadrem nas condições do Pronaf, com a Dap (Declaração de Aptidão ao Pronaf) válida.

V - Pronamp – (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural) oferece recursos de crédito rural para o médio produtor rural financiar o custeio e o investimento agrícola. Os beneficiários dessa linha são os produtores com renda bruta anual comprovada de no máximo 1,6 milhão e no mínimo 80% da renda originária da atividade agropecuária ou extrativista vegetal.

VI - Linhas de RPL (Recursos Próprios Livres) - a cooperativa disponibiliza uma linha de crédito alternativa para os cooperados, conhecida com RPL Credip. Essa linha utiliza recursos próprios livres da própria cooperativa e atende as demandas dos associados, tanto para custeio quanto para investimento nas atividades agrícolas, pecuárias e outras.

As linhas do crédito rural têm como principal função apresentar soluções para o desenvolvimento do padrão de vida da sociedade, que por meio dele, amplia os ganhos de eficiência e sustentabilidade da produção agropecuária.

Outro ponto abordado foi a evolução do crédito liberado pela cooperativa, o qual gerou uma aplicação de recursos no agronegócio no município. Conforme os relatórios internos da PA 02 (2018), foram analisados os valores e contratos anuais do crédito rural do ano de 2012 a 2017, abordando a evolução das quantidades e os valores liberados do crédito rural pela cooperativa (Quadro 1).

Quadro 01 – Valores e quantidades anuais do crédito rural

Ano	Valor total liberado	Quantidade de contratos	Ticket médio das operações
2012	R\$ 2.869.165,00	57	R\$ 50.336,23
2013	R\$ 5.519.210,00	98	R\$ 56.318,47
2014	R\$ 6.822.540,00	123	R\$ 55.467,80
2015	R\$ 9.632.572,46	156	R\$ 61.747,26

2016	R\$ 8.610.216,45	145	R\$ 59.380,80
2017	R\$ 13.046.200,00	202	R\$ 64.585,15
TOTAL	R\$ 46.499.903,91	781	-

Fonte: Sicoob PA 02, (2018).

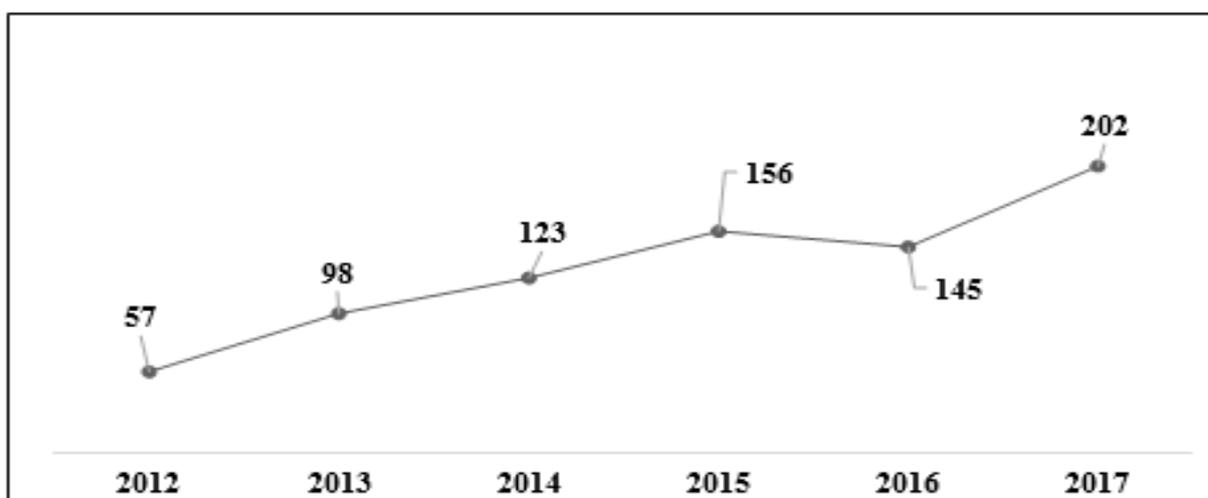
No ano de 2012, a cooperativa computava três (03) anos no município, visto que foi instalada no ano de 2009, portanto, ainda se encontrava em crescimento, já operacionalizava um montante considerável de crédito para o produtor rural no município. No ano de 2013, a cooperativa praticamente dobrou os valores e as quantidades celebradas em relação ao ano de 2012 (Figura 1 e 2).

Em 2014, a cooperativa manteve um crescimento significativo superior a 20% de valores contratados em crédito rural em relação ao ano de 2013. No ano 2015, a cooperativa apresentou um aumento em média de 30% dos valores liberados, em relação ao ano anterior. (Figura 1 e 2).

Já no ano de 2016, houve um pequeno recuo dos valores liberados pela cooperativa, contudo, com relação a quantidade de contratos, ficou bem próximos ao ano anterior. Por fim, no ano de 2017, houve um avanço considerável nos valores liberados e na quantidade de contratos celebrados aplicados para fins rurais no município.

Em relação à evolução da quantidade anual do crédito rural, é possível identificar o crescimento ano a ano, considerando que a cooperativa apresentou um aumento de aproximadamente 72 % de contratos entre o período de 2012 a 2017 (Figura 1).

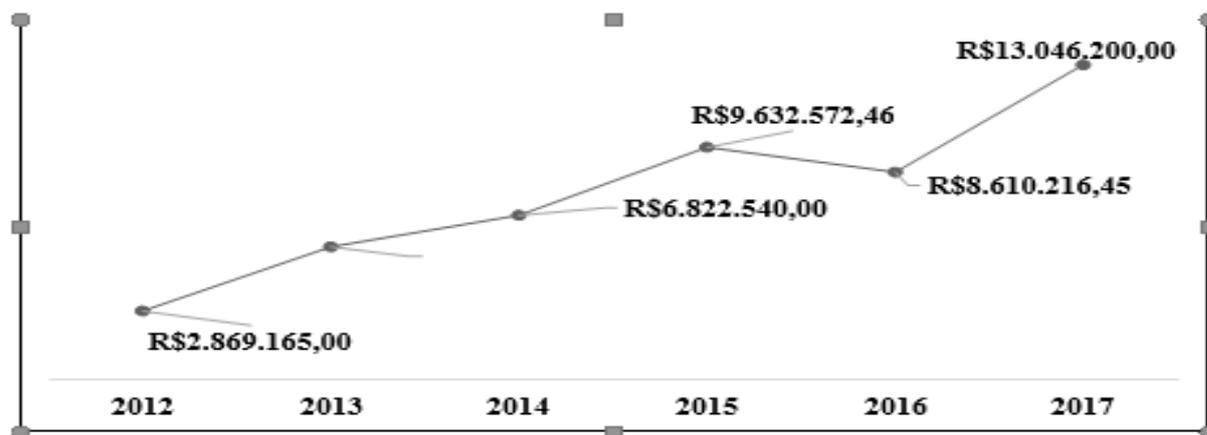
Figura 1 – Evolução da quantidade anual de contratos



Fonte: Relatório de Gestão Anual. (Adaptado pelo autor, 2018).

Junto com as quantidades de contratos, os valores liberados, no ano de 2012 foi de R\$ 2.869.165,00. Já em 2017, o valor equivaleu a de R\$ 13.046.200,00. Conforme esses dados, a cooperativa obteve um crescimento nesse período no valor de R\$ 10.177.035,00. Assim, apresentaram uma ampla evolução nos valores celebrados, aproximadamente 354 % (Figura 2).

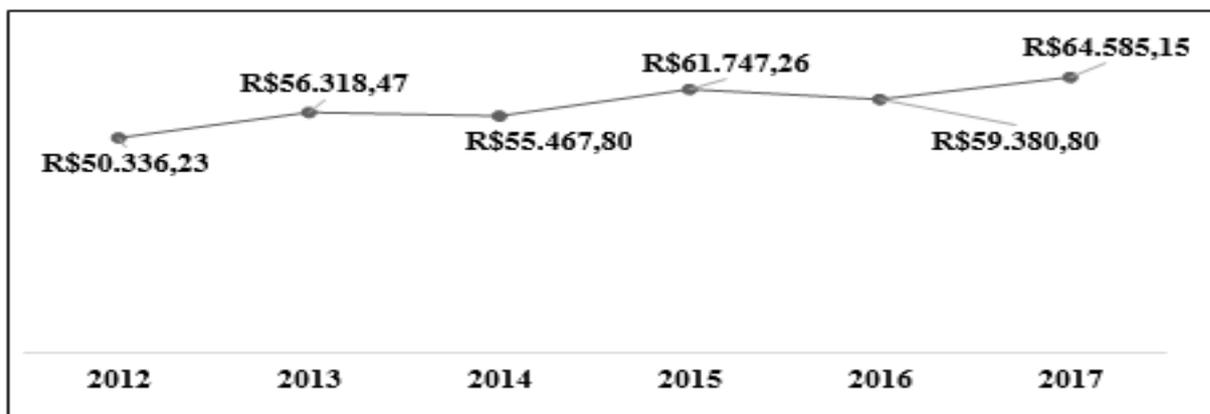
Figura 2 – Evolução anual do valor total liberado do crédito rural



Fonte: Relatório de Gestão Anual (Adaptado pelo autor, 2018).

Como apresentado no quadro 01, a cooperativa trabalha com o ticket médio, que segundo a Sicoob Credip (2018) - quando o ticket médio5 baixa, representa menor risco para a cooperativa, significando que o crédito está pulverizado e distribuído entre muitos tomadores, os valores oscilaram em média 22%. O valor do ticket é realizado através da divisão do valor anual pela quantidade de contratos liberadas no mesmo ano (Figura 3).

Figura 3 – Variação do ticket médio das operações



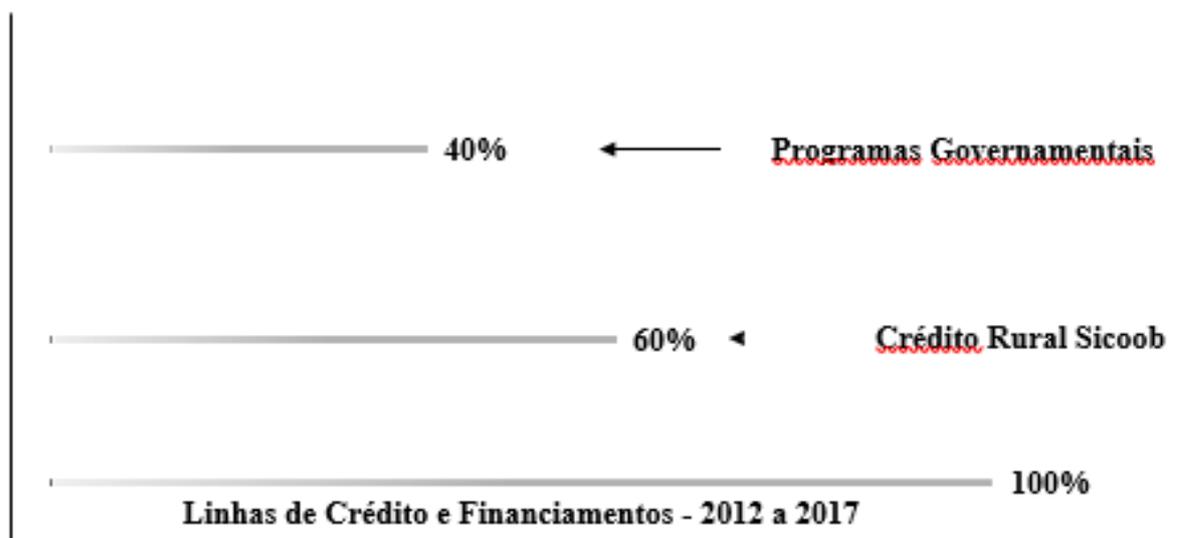
Fonte: Relatório de Gestão Anual (adaptado pelo autor, 2018).

Consoante à informação sobre as linhas mais celebradas, o gerente responsável da cooperativa explicou que no início havia algumas limitações quanto à aplicação desse recurso, considerando que, em alguns casos, há a necessidade de maior fonte documental, quando comparado a outras linhas, por ser recurso subsidiado. Atualmente, a cooperativa conseguiu efetivar mais empréstimos, devido muitos produtores estarem atualizados com as documentações de suas propriedades.

Possuindo outras linhas oferecidas pelo Bancoob (Banco Cooperativo do Brasil) o Banco das Cooperativas do Sicoob, com taxas bem competitivas, vem conseguindo atender a uma grande quantidade de produtores, que, por algum motivo, não se enquadram nas linhas subsidiadas pelo governo.

No histórico recente das linhas de crédito do Pronaf e Pronamp (Programas governamentais que subsidiam os juros em operações de crédito rural) são bastantes emprestadas aos associados Sicoob. Cerca de 40% das operações da carteira de crédito rural do Sicoob PA 02 de Alta Floresta D'Oeste são de recursos oriundos desses dois programas (Figura 4).

Figura 4 – Percentual de crédito rural emitidas pela Sicoob PA 02 entre 2012 a 2017



Fonte: Relatório de Gestão Anual (adaptado pelo autor, 2018).

Relacionando a influência e as contribuições da cooperativa no agronegócio do município, é notório a relevante contribuição em termos financeiros do total de recursos de crédito rural liberado pela cooperativa em torno de R\$ 46.499.903,91 nos últimos seis anos. Vale ressaltar a importância desse investimento, em virtude de que toda a captação dos

recursos financeiros é aplicada no próprio município. Os créditos rurais subsidiam pequenos produtores rurais e empresários do agronegócio a expandirem os empreendimentos, investirem, custearem a produção e comercializarem seus produtos. Toda essa atividade movimenta economicamente, não tão somente a economia rural, mas abarca toda a economia da região, inclusive o comércio local.

Portanto, a busca do crédito rural pelo produtor é por um acesso de créditos vantajosos, com mais agilidade, e, também, com as menores taxas, de certa forma traduz o interesse dos produtores a investirem e acreditarem na sua região, colaborando pelo estado econômico e produtivo do município a se desenvolver, atingindo até mesmo outras regiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os créditos disponíveis na cooperativa de crédito Sicoob Credip – PA 02 - Alta Floresta D'Oeste tendem a se desenvolver no contexto econômico do município, o qual se destaca - o agronegócio. Fato esse demonstrado pelo considerável índice de contribuição no período o qual foi analisado, que por sua vez, os cooperados se beneficiam com o acesso facilitado ao crédito, disposto com a eficácia da cooperativa, no qual visa o desenvolvimento socioeconômico dos associados.

Em relação ao crédito rural dos últimos anos (2012 a 2017), as linhas de crédito do Pronaf - (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), e do Pronamp – (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural), foram as mais procuradas, fato esse justificado pela taxa de juros subsidiadas corresponderem às necessidades dos produtores rurais da região. Vale elucidar que, as linhas de crédito do Pronaf e do Pronamp foram as mais procuradas em termos de quantidades de contratos celebrados pelos produtores rurais (cooperados), ainda que não signifiquem as mais procuradas em valores, pois representaram tão somente 40% do crédito total, em contrapartida, consegue favorecer mais produtores rurais.

Pode-se garantir que a cooperativa Sicoob Credip PA 02 contribui de forma proeminente na economia do município, visto que os valores do crédito rural, aplicados ao município, colaboram como estímulo aos investimentos rurais, favorecendo a produção e comercialização dos produtos agropecuários, entre outros, atingindo o desenvolvimento do comércio, bem como a geração de empregos, e conseqüentemente, possibilitando o fortalecimento econômico da região.

Por fim, vale enfatizar a importância do trabalho exposto, tanto para o pesquisador quanto para o leitor. Pois possibilitou o conhecimento da participação financeira advinda de apenas uma das cooperativas de crédito instaladas no município. Além do conhecimento obtido, facilitando a compreensão sobre o assunto e levando clareza para o leitor sobre as finalidades e a aplicação do crédito rural. Para futuras pesquisas, recomenda-se o estudo de em outras instituições financeiras, para assim, levantar o valor geral do montante aplicado no agronegócio da região.

REFERÊNCIAS

ACCARINI, José Honório. **Economia rural e desenvolvimento**: “Reflexões sobre o caso brasileiro”. Petrópolis: Vozes, 1987.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos do Agronegócio**. São Paulo: atlas, 2010.

ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Economia rural**: “conceitos básicos e aplicações”. Chapecó: Universitária Grifos, 2000.

BARRETO, Luiz. **Aposta no Cooperativismo - Conhecer**: “Cooperativismo Financeiro”. Brasília, set. 2014. Disponível em: <<http://www.esaf.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/centros-regionais/minas-gerais/cooperativas-de-credito.pdf>>. Acesso em: 03/06/18.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**: Teoria e Prática. 3. ed. – 5. reimpr.- São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IBGE, **População**, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/alta-floresta-doeste>>. Acesso em: 20/05/2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 8a ed., São Paulo: Atlas, 2017.

LOREDO, Souza, João Batista. **Cooperativas de Crédito**: Gestão Eficaz. Brasília – DF: Confebrás, 2010, p. 33-36.

MAPA, 2016. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Crédito Rural**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/credito-rural>>. Acesso em: 02/06/2018.

MEINEN, Ênio. **O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã**. Port. - Brasília: CONFEBRAS, 2012.

MOREIRA, D. A. **Administração da Produção e Operações**. 2ª ed., São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MCR – **Manual do crédito rural**. Atualização MCR 651, de 3 de julho de 2018. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>>. Acesso em 15/11/2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Enani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, Sales et al. **Contabilidade Aplicada Ao Agronegócio**: Análise da Empresa Agropastoril. S.A Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Curso de Ciências Contábeis Com Ênfase em Controladoria 2011.

RESSUTTI, Wania. **Governo de Rondônia Superintendência Estadual de Comunicação**. Disponível em: <<https://www.portaljipa.com.br/noticias/agronegocios-11/25-anos-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-em-alta-floresta-do-oeste-27627>>. Acesso em 04/11/2018.

SICOOB, 2017/2018. **Linha de Crédito e Financiamento**. Disponível em <<http://www.sicoob.com.br/para-seu-agronegocio-linha-de-credito-financiamento>>. Acesso em: 02/05/2018.

SILVA, Marcelo Álvaro; ALMEIDA, Katia. Análise do desempenho organizacional no agronegócio brasileiro: aplicando à agroindústria de papel e celulose. **Revista de educação e pesquisa em contabilidade**. Brasília, 2009.

SOCIEDADES COOPERATIVAS. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acesso em 15/11/2018.

VIANA, Guiomar; et al. **A importância do crédito rural no contexto das grandes regiões do Brasil**. XVI – Semana de Ciências Econômicas.2015. Disponível em: <<http://evento.s.unicentro.br/economia2015/uploads/files/creditorural.pdf>>. Acesso em: 30/04/ 2018.

Recebido para publicação em julho de 2020.
Aprovado para publicação em julho de 2020.